

Setor das IFES aponta ações específicas para o Movimento Docente



FOTO: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

Plenária dos Servidores Públicos Federais aprova os eixos da Campanha Salarial de 2006

Leia nas páginas 2 e 3

**Reflexões acerca do 25º Congresso do
ANDES-SN, realizadas pelos
delegados da ADUR-RJ**

Leia na página 5

**Entrevista com o Prof. Edmundo Fernandes
Dias, 3º Secretário do ANDES-SN e um dos
fundadores do Sindicato Nacional**

Leia nas páginas 6 a 8

Setor das IFES aponta ações específicas para o Movimento Docente

Representantes de diversas seções sindicais da base do ANDES-SN estiveram presentes na Reunião do Setor das IFES, em 1º de abril, em Brasília. A ADUR-RJ foi representada pela sua Presidente, a Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar, que também esteve presente na Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada no dia seguinte.

Inicialmente, a Diretoria do Sindicato Nacional prestou alguns informes, com destaque para o fato do governo Lula da Silva ainda não ter apresentado as negociações e acordos, feitos em 2005, em formato de Lei, exceto para os professores do Magistério Superior. Ainda não há, por parte do governo, oficialização do Termo de Acordo, por exemplo, para docentes do 1º e 2º graus, na forma de Projeto de Lei. O mesmo ocorre com demais categorias dos Servidores Públicos Federais – o que tem gerado por parte das entidades a cobrança dos acordos não cumpridos, através de diversas atividades, havendo, inclusive, greves na base da CONDSEF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal).

No que se refere ao Projeto de Lei nº 6.368/05, que prevê o reajuste salarial dos professores das universidades federais, a Diretoria do ANDES-SN informou que o PL estava previsto para ser votado na noite do último dia 28/03, pela Câmara dos Deputados – o que não aconteceu. O atraso, mais uma vez, se deu por causa da Medida Provisória (MP) 278, que deveria ter sua votação concluída antes. Na tarde daquele dia, duas medidas provisórias e o projeto do aumento do salário mínimo (que também não foi votado) “trancaram” a pauta de votações. O PL, apresentado na Câmara em dezembro, tramita em regime de urgência e a expectativa era a de que a matéria fosse apreciada na sessão de 5 de abril, na Câmara dos Deputados – o que também não ocorreu. Até o fechamento desta edição, o PL ainda não havia sido votado pela Câmara dos Deputados.

Durante a reunião do Setor das IFES, os presentes discutiram a difícil conjuntura político e econômica brasileira. A discussão já apontava para a Campanha Salarial de 2006, e uma das resoluções do setor apontou para desenvolvimento da pauta unificada do Setor das IFES com os Servidores Públicos Federais, nos moldes do que já têm acontecido nos últimos anos.

Além da pauta unificada com os SPF, os professores apontaram a necessidade construir ações específicas da categoria docente. São elas:

1 – Protocolar uma “Pauta de Reivindicações” no MEC, a partir das deliberações aprovadas no 25º Congresso do ANDES-SN, com solicitação de audiência para tratar da questão;

2 – Solicitar audiência com o Secretário de Educação Superior do MEC (SESu) para tratar do processo de expansão das IFES; concursos públicos e criação de novos cargos e vagas; e desdobramentos da luta de 2005, com destaque para a criação da classe de Professor Associado;

3 – Solicitar audiência com SETEC (Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania) para discutir a representação sindical dos docentes de 1º e 2º graus; a precarização do trabalho destes docentes; a capacitação docente, a transformação dos CEFET em Universidades Tecnológicas, destacando a preocupação com o financiamento e a relação de responsabilidade constitucional entre Estados e União frente à educação básica e educação superior.



4 – Realizar ações de mobilização nas seções sindicais, com atividades que dêem destaque à discussão da carreira docente, pauta de reivindicações da categoria e o descumprimento de compromissos do MEC;

5 – Destacar as informações sobre a situação dos docentes da carreira de 1º e 2º graus na página eletrônica do ANDES-SN (www.andes.org.br);

6 – Solicitar parecer da Assessoria Jurídica Nacional sobre a ascensão do professor aposentado à classe especial, na carreira de 1º e 2º graus, conforme prevê o termo de acordo do MEC com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE);

7 – Participar das reuniões do GT-Carreira e Benefício do MEC. O ANDES-SN deve questionar a presença do PROIFES (Fórum de Professores das IFES) nas discussões do Sindicato Nacional com o governo, e apresentar as propostas da categoria docente. Em relação ao GT-Benefício, o setor das IFES aprovou que o ANDES-SN questione a situação do auxílio-transporte, discutindo o corte do pagamento deste adicional em alguns órgãos e instituições;

8 – Solicitar parecer da Assessoria Jurídica Nacional sobre as implicações legais da presença do PROIFES em processos de negociações sobre as reivindicações de entidades sindicais com o MEC. Propõe a elaboração de um documento conjunto com o SINASEFE, questionando a presença do PROIFES às mesas de negociações com o governo, procurando obter o apoio da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior);

9 – Elaborar documento que contextualize a situação dos docentes da carreira de 1º e 2º graus após a Campanha Salarial de 2005, com destaque para o papel do ANDES-SN na luta desse segmento.

Além dessas medidas, o Setor das IFES aprovou moções de apoio às greves dos professores estaduais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Também aprovou moção de repúdio contra a prefeitura de Belo Horizonte, por impedir realização de atividades e manifestações contra representantes do Banco Mundial (BIRD), durante a 47ª Reunião Anual das Assembleias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a 21ª Reunião Anual da Assembleia de Governadores da Corporação, que ocorreram em Belo Horizonte, entre os dias 28 de março a 05 de abril passados.

Nova reunião do Setor das IFES acontecerá no dia 12 de maio.

Plenária dos Servidores Públicos Federais aprova os eixos da Campanha Salarial de 2006

No último dia 2 de abril, houve a Plenária dos Servidores Públicos Federais, em Brasília, liderada pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF), da qual o ANDES-SN faz parte.

Uma das deliberações da Plenária dos Servidores Públicos Federais é solicitar ao governo Lula da Silva uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), até o dia 26 de abril. Outra resolução do evento é a de que a CNESEF realizaria, em maio, um seminário para discutir e avaliar o processo de organização dos trabalhadores do serviço público federal. Os presentes também propuseram que as bases discutam a adesão da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais à campanha pela anulação da Reforma da Previdência.

No mesmo dia, os SPF também manifestaram apoio aos professores estaduais em luta no país; assim como às trabalhadoras da Via Campesina, que estão sendo processadas devido ao ato que realizaram, em 08/3, no canteiro da fábrica da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Abaixo, apresentamos as *principais* resoluções da Plenária dos SPF, que têm como foco a Campanha Salarial do ano corrente, em prol da recomposição das perdas salariais dos últimos anos e da incorporação das gratificações, além da aprovação de um calendário nacional de mobilização. A Campanha Salarial 2006 será lançada nacionalmente no próximo dia 26 de abril.

Nova Plenária dos SPF ocorrerá em 13 de maio, em Brasília. A reunião do Setor das IFES, como de praxe, será no dia anterior.

FOTO: RICARDO BORGES



Campanha Salarial de 2006:

I – Eixos

1- recomposição do poder aquisitivo dos salários:

- perdas históricas: referente ao índice inflacionário de janeiro de 1995 até dezembro de 2005, da ordem de 167,46%;
- índice emergencial: referente ao índice inflacionário de janeiro de 2003 até dezembro de 2005, da ordem de 23%

2- DPC, Diretrizes de Plano de Carreira;

3- incorporação das Gratificações;

4- cumprimento de acordos e negociações;

5- definição de data-base e política salarial

II - Ações de mobilização

1- semana de mobilização: 24 a 28 de abril, com realização de debates que tenham como temas a reforma do Estado, carreira e serviço público;

2- dia nacional de mobilização em 26 de abril, com paralisação onde for possível. O eixo é o lançamento da Campanha Salarial 2006 nos estados;

3- elaboração de cartaz, faixas com eixo de denúncia do não cumprimento de acordos e negociações;

4- confecção de jornal e panfleto que:

- denunciem o não cumprimento dos acordos e negociação por parte do governo;
- alertem a sociedade para a reforma do estado;
- resgatem a valorização dos trabalhadores do serviço público.

Em assembléia da ADUR-RJ, professores discutem Campanha Salarial de 2006

No último dia 12 de abril, houve uma assembléia da ADUR-RJ, no Gustavo, cuja pauta era: 1) campanha salarial 2006 – eixos de luta; 2) eleições do ANDES-SN – Comissão Eleitoral; 3) CONAT; 4) outros assuntos. A assembléia foi presidida pela Profa. Lenir Furtado e secretariada pelo Prof. Dari Cesarin Sobrinho, que, inicialmente, prestaram alguns informes sobre a Campanha Salarial de 2006, distribuindo ao plenário um Expresso ADUR com as principais reivindicações da categoria.

Os presentes, após amplo debate, aprovaram que a ADUR-RJ produza uma carta à comunidade, que explique que a categoria docente não obteve ganhos nas negociações decorrentes da greve passada, e que, até o momento, o Projeto de Lei que dispõe sobre o reajuste docente, imposto pelo governo, não foi votado pela Câmara dos Deputados. A deliberação da assembléia da ADUR-RJ foi a de que esse manifesto fosse panfletado durante a Semana Nacional de Mobilização, de 24 a 28 de abril, no Campus da Universidade, em Seropédica.

Em relação ao segundo item da pauta, o plenário indicou o nome de três professores, que ainda serão consultados pela Diretoria da ADUR-RJ, para que integrem a Comissão Eleitoral, e responsabilizem-se, juntamente com a ADUR-RJ, pelo processo eleitoral para a nova Diretoria do ANDES-SN, biênio 2006/2008. O pleito será nos dias 16 e 17 de maio, e há duas chapas concorrentes.

FOTO: ALINE PEREIRA

Quando ao CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores), organizado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), a realizar-se entre os dias 5 e 7 de maio, em Sumaré (SP), os presentes aprovaram que a ADUR-RJ enviasse um observador ao evento. Esse observador, conforme deliberação da assembléia, será o Prof. Frederico José Falcão (foto).



ADUR-RJ apóia greve de docentes da UERJ

A ADUR-RJ manifesta seu apoio aos docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em greve desde o dia 3 de abril. A ADUR-RJ apóia as reivindicações da categoria, que incluem aproximadamente 50% de reajuste salarial, observando o acúmulo de perdas não repostas há cinco anos; melhores condições de trabalho da classe docente; o melhoramento da infra-estrutura da Universidade, que tem se deteriorado devido ao descaso do governo com o ensino público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado.

FOTO: RICARDO BORGES



Calendário de lutas do ANDES-SN

•24 a 28/4 – Semana de Mobilização dos Servidores Públicos Federais.

•29 e 30/4 – Reunião do GT de Seguridade Social do ANDES-SN.

•02 a 12/5 – Semana Nacional de luta pela

Ruptura dos Vínculos das Instituições Públicas de Ensino Superior com as Fundações ditas de Apoio.

•03/5 – Reunião pós 25º Congresso do ANDES-SN, com os representantes das Associações de Docentes (AD) do Rio de Janeiro. O evento será na UFRRJ, no Auditório Hilton Salles.

•05 a 07/5 – Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT), organizado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), em São Paulo.

•12/5 – Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em Brasília.

•13/5 – Plenária dos Servidores Públicos Federais, em Brasília.

•16 e 17/5 - Eleições para a Diretoria do ANDES-SN:

Chapa 1 - ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA (Paulo Marcos Borges Rizzo, presidente; Luiz Henrique Schuch, secretário-geral; José Vitorio Zago, 1º tesoureiro). A nominata da Chapa 1 está disponível no site do ANDES-SN: www.andes.org.br

Segundo informação do ANDES-SN, a candidatura da Chapa 2 – EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO – não foi homologada pela Comissão Eleitoral Central (CEC) do Sindicato Nacional.

•29/6 a 02/7 – 51º CONAD (Conselho do ANDES-SN):

Tema central: *Autonomia Sindical: garantia de luta pela educação como direito social*, em Juiz de Fora (MG), sediado pela APESJF S. Sind.

Temário:

- I) Avaliação e atualização do plano de lutas: eixos e bandeiras;
- II) Questões organizativas e financeiras do ANDES-SN;
- III) Atualização do Caderno 2/ instrumentos legais de acordo com o que foi delegado pelo 25º Congresso.

Reflexões acerca do 25º Congresso do ANDES-SN, realizadas pelos delegados da ADUR-RJ

Ser delegado nos eventos nacionais do ANDES-SN é sempre uma sensação especial. Rever companheiro(a)s de todo o país, recordar histórias de encontros passados, além de, como delegação, conviver estreitamente, durante vários dias com os colegas da Universidade Rural, com quem, muitas vezes, só cruzamos nos corredores do P1 ou na sede da ADUR, acaba sendo muito agradável e estimulante. A visão, em muitos casos verdadeira, de que muitos congressos e encontros profissionais se transformam em atividades turísticas e de lazer não tem lugar nos eventos do ANDES-SN. São raros os casos nos quais delegados fogem de suas obrigações. Na prática, são dias (e noites) de discussões acaloradas e estafantes, mas geradoras de decisões fundamentais para o encaminhamento da vida do sindicato. Ao final, vêem-se professores retornando aos seus estados, cansados, porém renovados no espírito de combate em defesa da Educação.

Foi com esse sentimento que nós, delegados da ADUR, participamos dos debates do 25º Congresso de nosso sindicato em Cuiabá (MT) no passado mês de março. A vontade de contribuir para o engrandecimento de nossa entidade presidiu nossa atuação em todos os momentos do evento. Atuação ativa, desde o primeiro dia, quando se discutiu a conjuntura e que se reproduziu tanto nas reuniões de grupos de trabalho quanto nas plenárias finais. Defendendo teses, discutindo posicionamentos, perdendo ou ganhando votações, não importa, a verdade é que nossa delegação teve papel de destaque no Congresso, inclusive em relação aos temas mais críticos que versaram sobre a participação do ANDES na construção de uma nova alternativa de organização nacional para os trabalhadores brasileiros e de nossa posição frente à introdução de políticas afirmativas na Universidade Pública.

Se, no conjunto das polêmicas que marcaram o Congresso, com maior ou menor acirramento de posições, tudo transcorreu dentro da normalidade, tal deixou de ocorrer quando da discussão das políticas afirmativas (em especial, a questão da criação de cotas para determinadas parcelas da população). Conforme já relatado no ADUR Informa nº 83, depois de amplo debate, um dos pontos propostos no texto de resolução (TR) 28 (da diretoria do Sindicato) foi derrotado por um voto de diferença. Tratava-se da reafirmação de um parágrafo da Agenda para a Educação Superior, documento lançado pela diretoria do ANDES-SN e aprovado durante o 24º Congresso do Sindicato, em Curitiba. Tal parágrafo, apesar de criticar políticas focalistas para a Educação, defende políticas afirmativas de acesso de alguns segmentos sociais à Universidade, o que, para diversos professores é uma defesa disfarçada do regime de cotas. Apesar da tentativa de um professor do plenário de reverter a votação, solicitando recontagem de votos, a direção da mesa dos trabalhos, presidida pelo professor Paulo Rizzo (ADUFSC), não reconheceu a validade do recurso, argumentando que não houvera, então, nenhum fato que tivesse colocado em risco a lisura do processo de votação, o que justificaria o recurso.

Qual não foi nossa surpresa quando, um longo tempo passado dessa votação, com o plenário sofrendo algum esvaziamento, dado o adiantado da hora (já de madrugada, no último dia do evento), o professor Marcelo Badaró (ADUFF) propôs um recurso de votação referente à resolução acima citada. Tal solicitação foi imediatamente acatada pelo mesmo Paulo Rizzo. Sendo o professor Badaró pessoa de estreita ligação e confiança da diretoria do sindicato, ficava evidente que naquele momento perpetrava-se um golpe político voltado a modificar uma decisão de plenário que desagradava àquela diretoria. Imagine-se se, a cada votação que desagradasse algum delegado, o mesmo, algum tempo depois, propusesse um recurso de votação? O Congresso não sairia do lugar, nada acabaria sendo deliberado.

Além disso, chocou a nós, delegados da ADUR, a postura da direção dos trabalhos, utilizando-se de pesos e medidas diferentes diante da mesma situação. Caberia, então, dar mais importância ao recurso do professor Badaró do que ao

de qualquer outro participante do Congresso? Pareceu-nos haver ali alguma questão de princípio, tal a preocupação em se reverter o conteúdo da votação. Aliás, já durante a discussão do tema manifestavam-se discursos sectários, desqualificando as posições dos críticos do TR 28 como “vulgaridades”. Manifestação axial de pedantocracia daqueles que escondem argumentos pífios com linguagem empolada.

O pedido de verificação de quorum, feito então por alguns delegados que sentiram ferida a democracia com a manobra então perpetrada, legítimo recurso do plenário, chegou a ser tratado como ação sórdida de quem desejava “destruir o Congresso”. Fora do plenário, quase histérica, uma diretora da entidade chamava os delegados para recompor o quorum aos gritos de: “Vamos salvar a Agenda!”, como se uma votação colocasse em risco o próprio Sindicato, o que representa um completo absurdo ou profunda demonstração de insegurança. A suspensão da reunião por falta do número mínimo de professores e a sua retomada, instantes depois, sem uma recontagem que explicitasse a existência de quorum e a consumação da manobra golpista com a vitória do recurso de votação culminaram um processo que não condiz com a história do nosso sindicato e que mancha de forma indelével aqueles que dele tomaram parte.

Diante do fato consumado, um dos delegados da ADUR, o professor Luis Mauro, tomou a palavra para denunciar, a irresponsabilidade política demonstrada pela diretoria e pelo professor Badaró, que, na prática, colocavam em risco as deliberações do Congresso. Além disso, anunciou sua retirada do evento em protesto diante do ocorrido, no que acabou sendo seguido por nossa delegação e diversos outros professores.

A nossa atitude, que ficou como marca do final do Congresso, é um grito de indignação e alerta para todos os companheiros: 1) em processos democráticos ganha-se ou perde-se. Não é possível suportar a existência de situações nas quais alguns nunca podem perder: ou ganham ou manobram para transformar derrota em vitória; 2) não podem existir textos intocáveis no Sindicato, por mais que tenham sido feitos com grande cuidado e dedicação; 3) não pode haver tratamento diferenciado no Sindicato que separe iluminados, “capas pretas”, do conjunto dos mortais, dando-lhes direitos e imunidades inexistentes para outros.

Ficou uma amarga sensação de perda. Perdeu o Sindicato, que teve a imagem de seu fórum principal arranhada, perderam os defensores das ações afirmativas, que terão de carregar o peso de ver uma de suas reivindicações aprovadas ao custo de manobras que não serão facilmente esquecidas e perderam aqueles que tiveram a ousadia de defender um ponto de vista diferente do da diretoria, pelo desgaste a que foram expostos.

Diante dos acontecimentos aqui narrados, nós, delegados da ADUR ao 25º Congresso do ANDES-SN, solicitamos, por intermédio da diretoria de nossa Seção Sindical, à direção nacional de nosso Sindicato a fita com a gravação do episódio acima descrito, para que não pareça dúvida quanto ao ocorrido. Além disso, nos reservamos o direito de divulgar amplamente o conteúdo destas reflexões, desejando sinceramente que tais fatos não voltem a ocorrer no interior de nosso Sindicato.

**Delegados da ADUR-RJ no 25º Congresso do ANDES-SN:
Professores Celia Regina Otranto, Delson Lima Filho,
Frederico José Falcão, Lenir Furtado, Luis Mauro
Magalhães e Orlando Marques da Costa.**

25 anos de história: Sindicato Nacional dos Docentes

Fazer política como quem ensina e ensinar como quem faz política

Entrevista com o Prof. Edmundo Fernandes Dias, 3º Secretário do ANDES-SN, e um dos fundadores do Sindicato Nacional

“Fazer política como quem ensina e ensinar como quem faz política”. A frase é do Professor Edmundo Fernandes Dias, um dos fundadores do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, e atual 3º secretário do ANDES-SN. Ela foi proferida em junho de 2003, quando o Professor Edmundo concedeu uma entrevista à Revista *Universidade e Sociedade* (ano XIII, nº 30) – publicação do Sindicato Nacional, da qual é o atual editor – para a sessão “Memória do Movimento Docente”. E quando o assunto é a memória do ANDES-SN, a pessoa mais indicada para resgatar os últimos 25 anos de luta e de resistência do Sindicato, segundo vários militantes do ANDES-SN, é, de fato, o Professor Edmundo Dias.

Professor aposentado do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Edmundo graduou-se pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1967, e depois passou um ano na FLACSO, no Chile. De volta ao Brasil, em 1969, ele lecionou, simultaneamente, na UFF e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – de onde foi demitido em 1974, quando o setor da direita passou a comandar o Departamento de Sociologia da Universidade. Antes de ingressar na UNICAMP, o que ocorreu em 1976, ele passou rapidamente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época ainda denominada UEG, assessorando um projeto de Medicina Social.

Já em São Paulo, acompanhou de perto a fundação da Associação de Docentes da UNICAMP (ADUNICAMP), quando em um cenário político completamente repressor, viu renascer o movimento sindical. De acordo com o professor, a ADUNICAMP vai ser testada logo nos primeiros anos do governo Maluf, quando uma greve salarial, cujo pano de fundo era a luta pelas liberdades políticas, culminou com a renúncia do primeiro presidente da Associação.

Durante o 25º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em Cuiabá, o Professor Edmundo Fernandes Dias foi aplaudido pelo plenário por sempre ter lutado pela emancipação da classe trabalhadora, e por ser uma personalidade cuja trajetória se confunde com o surgimento do ANDES-SN, aliando intelectualidade à militância.

Na capital do Mato Grosso, o Professor Edmundo Fernandes Dias concedeu uma entrevista ao ADUR Informa, resgatando a importância do Sindicato Nacional dos Docentes para a história política do Brasil nos últimos anos.

ADUR Informa: *Pode-se afirmar que a luta do ANDES-SN se confunde com o crescimento da mobilização dos trabalhadores e de outros movimentos sociais, assim como com a própria democratização do país. Qual a contribuição do ANDES-SN para o fortalecimento da democracia no Brasil ao longo dos últimos anos?*



Edmundo Fernandes Dias: A concretização do Movimento Docente foi muito importante, pois respondia a alguns desafios do final dos anos 1970/1980, acompanhando as demandas democráticas da sociedade. O ANDES-SN nunca foi um sindicato corporativista, porque sempre aliou os interesses da categoria com as grandes questões nacionais. No final da década de 70 e início da de 80, os docentes se perguntavam como resistir àquela maré brutal imposta pela ditadura. Só para exemplificar: na época, houve os assassinatos do Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, e de um operário da Pastoral Operária, chamado Manoel Fiel Filho. As questões eram: não temos condições democráticas nas Universidades, não temos condições democráticas na sociedade. Como unificar essas lutas? Fizemos uma experiência histórica interessante, que foi inventar um sindicalismo que não podia legalmente ser sindicato, pois aos trabalhadores públicos isso era formalmente proibido. Mas, na prática, agíamos como tal e obrigamos os governos a reconhecer nossa organização. Éramos ilegais (diante da ditadura), mas tínhamos legitimidade na categoria e na população. Contrariamente a estrutura sindical existente, nós e os servidores públicos fundávamos associações que se caracterizavam pela auto-sustentação. Não dependíamos do dinheiro governamental, não recebíamos dinheiro de fora. Como nos organizávamos livremente, nós o fazíamos por local de trabalho. É evidente que essa é uma distinção muito marcada em relação ao movimento operário, onde a repressão é muito mais imediata e onde havia uma tradição desde os tempos vanguardistas de atrelamento ao Estado.

As associações dos servidores públicos estavam se formando naquele momento, a partir de sua concentração e sua centralização – seja, por exemplo, pelas Universidades, pelos órgãos da saúde, pela educação de 1º e 2º graus. Sabíamos que naquele momento tínhamos que fazer o enfrentamento com as políticas governamentais, embora isso aparecesse muito fortemente, no início, no plano da luta por uma carreira nacional e por uma luta por melhores condições salariais. Sabíamos que para implementar essas coisas, tínhamos que mexer em muitas questões. A estrutura do poder do Brasil passava muito fortemente pela essência de um conjunto de servidores públicos que eram, na realidade, vinculados ao Estado. Começar a criar as condições de liberdade no serviço público era a possibilidade que tínhamos de inventar e praticar novas relações entre o servidor público e o público – uma batalha que travamos até hoje e que ainda não conseguimos, com totalidade, vencer. A cultura das organizações é algo muito forte. No Brasil, o funcionário passa a fazer (legalmente) parte do Estado. Ao mesmo tempo, quando colocávamos em questão a democracia e a diversidade, questionávamos os planos dos setores para a ditadura. Os grandes projetos, o destino do dinheiro das universidades... Essas lutas sempre foram marcadas por uma tentativa de aproximação com a população – entendida como o conjunto da classe trabalhadora – para fazer com que ela pudesse ir aglutinando setores dispersos.

Muitos trabalhadores também estavam nesse movimento, com uma resistência forte, no que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo. Permita-me uma pequena digressão: Hoje em dia, entretanto, é preciso fazer uma releitura dessa expressão. Voltando. Nesse processo todo, fomos assentando as bases de uma discussão que apresentava três eixos fundamentais: a autonomia das entidades, a democracia, e uma política de financiamento para a universidade. Esta não poderia ser autônoma se não tivesse financiamento próprio. E governo sempre impediu isso, com a conivência da imensa maioria dos reitores, que eram nomeados pelos presidentes da República. Como o orçamento das universidades sempre foi falso, sempre havia mais ano depois que o orçamento acabava, os reitores tinham que pedir verba suplementar, etc. Só mais tarde eles vão se reunir e formar a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), e fazem isso, inclusive, a partir de ex-dirigentes do ANDES-SN.

O caderno 2 do ANDES-SN é de 1982. E começávamos já, desde aquele momento, a pensar em um projeto de universidade em que fazíamos forte relação entre o que era uma linha de ciência e tecnologia para a universidade e para a sociedade. O que significaria uma educação para a sociedade? Sempre colocávamos as questões em uma ordem educacional única, que não separasse, por exemplo, a educação por condições sociais. Combatemos a idéia de que a universidade estava para a elite e a educação técnica para pobres. A maior parte de nossos militantes era formada por pessoas que tinham saído da universidade há pouquíssimo tempo. Tinham sido militantes de vanguarda no movimento estudantil. A gente fez isso: inventou esse movimento nas bases e ao mesmo tempo uma entidade nacional. Portanto, as lutas eram sempre locais e nacionais, mutuamente referenciadas. Estivemos presentes, por exemplo, na primeira CONCLAT, aquela que não deu a CUT. Também participamos da formação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Tínhamos a compreensão que a maior parte das associações docentes não tinha condições de aderir a CUT naquele momento, porque a base social era muito conservadora. Levamos cinco anos para chegar à formalização da CUT. Lutamos pelo “direito de sindicalização dos servidores públicos” na Constituinte. Aprovado esse direito, logo nos transformamos em sindicato, e, no ano seguinte, nos filiamos à CUT. Se víamos o histórico do ANDES-SN, temos discussões como o plano nacional de saúde, o plano nacional de ciência e tecnologia. Chegamos a ter documentos como uma proposta para Constituinte. Participamos de todas as greves da CUT naquele momento, mesmo sem sermos filiados. Então, acho que isso é o que caracteriza o ANDES-SN: a tentativa de pensar o nacional e o local, pensar a sociedade como um todo, de praticar e pensar a não separação entre trabalhadores manuais e intelectuais.

A oposição ao ANDES-SN sempre tentou criar o seguinte dilema: nós, os intelectuais; vocês, os sindicaleiros. Só que se você colocasse no papel quem eram os grandes intelectuais, iria ver que eles estavam entre os sindicaleiros. Então é isso: atravessamos toda a década de 1980, barrando, praticamente, todas as medidas globais da ditadura sobre a questão educacional; até que a ditadura encontrou uma forma de nos frear: ela não discutia mais as grandes políticas, mas passava a fazer reformas nos estatutos, no interior de cada

universidade, onde ela controlava os Conselhos Universitários. Assim, a briga ficou muito mais pesada. Ainda assim, a nossa categoria rejeitou um pretensão aumento salarial, de um “negócio” chamado GRIPE (Grafificação Individual por Produtividade de Ensino). Chamo de negócio porque era uma troca que descaracterizava o projeto universitário a troco de alguns tostões a mais. Ou seja, a idéia era que abrissemos mão da pesquisa, que é fundamental para a universidade. Lembro de uma frase que muitos militantes Fluminense falavam: “10% a gente deixa de gorjeta para o garçom”. Se reduzíssemos a pesquisa e aumentássemos a carga horária de aulas, ganharíamos esse adicional.



Nossas relações com os partidos foram fortes e corretas: mantivemos nossa autonomia. A imensa maioria dos militantes docentes tinha uma experiência de militância partidária. Em um primeiro momento de fundação dessa entidade, os partidos se faziam presentes e o nascente petismo fazia, de maneira diferente, essa ligação entre as grandes questões sociais e as universitárias. E isso nunca foi impeditivo de uma grande autonomia da entidade. Por exemplo: esse sindicato votou, por unanimidade, não apoiar o colégio eleitoral – do PCdoB até os petistas. É o único sindicato que pode falar isso. Algumas pessoas até que queriam apoiá-lo, mas discutimos em Congresso e isso nunca passou. Também recusamos participar da Comissão de Alto Nível, que era uma forma de colaboração que o governo queria, a partir da idéia de que tínhamos uma experiência de universidade e que teríamos as melhores propostas. Sabíamos o que significava a proposta do governo: o atrelamento ao MEC e a tentativa de coação (vocês devem respeitar a decisão, participaram dela). Nós a rejeitamos. E a categoria concordou com a posição da militância. Outro fato simbólico na história do sindicato é que a maioria das pessoas que integrava esse movimento, e que era petista e cutista, só votou a filiação à CUT em 1989, quando obteve a aprovação de sua base.

AI: *Nesses 25 anos, o ANDES-SN presenciou a chamada transição política, e se consolidou como Sindicato Nacional. Seria possível indicar alguns momentos marcantes para a história do ANDES-SN nesse período?*

EFD: Estivemos muito atentos à transição política e tomamos muita porrada. Diziam que tínhamos que negociar a Nova República e que isso era fundamental para a democracia. Fomos o primeiro sindicato que denunciou o primeiro plano econômico da Nova República. O governo lançou o plano, fizemos um seminário na mesma semana, e saímos com um documento. Se examinarmos os documentos de conjuntura desse sindicato, constatar-se-á que, ao longo de toda essa transição, podíamos ter errado em detalhes, mas, em linhas gerais, o que falávamos foi comprovado. Denunciamos o caráter autoritário da transição para a Nova República, e como ela interferiu brutalmente na universidade, atacando os direitos dos trabalhadores. Quando éramos da CUT, eu costumava dizer que eles não precisavam pagar assessores, pois poderiam encontrá-los na universidade, já que o movimento docente era bastante capacitado para tal. Mas o problema é que já estavam construindo uma burocracia, um enorme exército de burocratas sindicais, que vivem disso. Denunciamos também o golpismo do Collor. Em 1992, concedi entrevista para o jornal “O Povo”, de Fortaleza, onde afirmei que o impeachment não é uma medida radical; pelo contrário, é conservadora, pois elimina o gerente ruim, mas mantém o sistema funcionando como um todo. Isso foi se revelando por meio da implementação de todas as medidas chamadas de neoliberais, mas que são, na verdade, o capitalismo se apresentando em sua forma mais perversa. O Fernando Henrique Cardoso, no dia em que tomou posse, disse que o projeto de Fernando Collor de Mello não estava errado, mas que apenas tinha sido aplicado por um ensandecido. Denunciamos! Não porque gostamos de denunciar, mas sim, porque vimos que o governo de tecnocratas da USP e da UNICAMP estava destruindo ainda mais a universidade. FHC, Paulo Renato de Souza e muitos outros se formaram na universidade pública. Paulo Renato foi Reitor da UNICAMP!

Estávamos vivendo na contramão da história universal. Em 1976, quando o neoliberalismo estava destruindo a Europa e os Estados Unidos, nos mobilizávamos resistindo contra a ditadura, e vivíamos a ascensão de movimentos sociais. Esses movimentos sociais foram se integrando à ordem. Um exemplo típico é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Quando o Montoro chegou ao governo, em São Paulo, durante uma assembléia na UNICAMP, eu disse que não teríamos mais greve naquele período porque o pessoal do PMDB não deixaria. Era o governo deles! E o que enche mais o saco na política brasileira é que ela é uma repetição, sem nenhum sabor de novidade, do ponto de vista dos dominantes. O discurso é sempre o mesmo: “não dá para em quatro anos...”. Todos falam isso! Essa situação era vivida pelo movimento com cada vez maior dificuldade, embora com independência. A ditadura nos uniu, a ditadura nos separou. Cada um foi vivendo sua vida, a universidade deixou de ser o centro e passou a ser o ponto de intervenção dos partidos, dos governos locais, dos governos municipais, estaduais e federais. Nessa história toda, há um impacto importante: a base social da universidade mudou. Não somos mais os jovens estudantes que vêm do movimento



estudantil, com um fogo ideológico. Seja porque as universidades foram muito destruídas, ou ainda porque boa parte da militância docente e estudantil tem uma cabeça privatista. Hoje, a base social é muito mais suscetível, mais conservadora. Isso é muito complexo! Um PPP (Parceria Público Privada) da vida ajuda aquele que não tem um projeto de educação pública. As universidades liberam cada vez mais tempo para muitos professores dêem assessoria, mas se você pedir para que eles assessorarem ao sindicato, recusam... São os amigos de si mesmo. Apesar disso, é racionalmente

complicado explicar o seguinte: com todos esses entraves, como mantemos uma militância ativa ao longo de todos esses anos? Somos poucos em cada lugar, mas ainda pensamos e fazemos os grandes debates. Mantemos a revista do ANDES-SN, há mais de dez anos, ininterruptamente. Produzimos uma literatura crítica. Muitos companheiros foram redesenhados na sua concepção de mundo, de universidade e acho, inclusive, que estamos mais pobres no debate. Mas ainda assim, temos nos empenhado para mantermos um nível bastante bom de discussões. Durante um Congresso do ANDES-SN, é possível entender muito mais a universidade pública do que em sala de aula! O atrelamento das entidades ao governo, com base nas opções partidárias das suas direções foi se tomando um grande problema. Isso ganha maior radicalidade diante do atual governo que se auto-proclama democrático e popular. A CUT perdeu qualquer veledade a ponto de ser dirigida por alguém indicado por Luiz Inácio da Silva. E depois esse “dirigente” vai se transformar em Ministro do Trabalho para facilitar o controle sobre os sindicatos e facilitar o genocídio eufemisticamente chamado de Reforma Sindical. A base do MST está furiosa, mas a direção não. Costumo brincar, dizendo que, um dia, os militantes serão obrigados a explicar para massa como eles, para beneficiar o seu partido, prejudicaram a sua categoria.

AI: O 25º Congresso foi simbólico, devido ao aniversário do Sindicato Nacional, mas traz o peso do processo eleitoral para a Diretoria do ANDES-SN, biênio 2006/2008. Qual a contribuição da atual gestão para a história do ANDES-SN?

EFD: Vivemos uma conjuntura muito pesada no 25º Congresso. Aqui, mais do que nunca, certos projetos estão muito marcados – no bom sentido – pela perspectiva dos partidos. Uma discussão da CONLUTAS não é abstração. Temos as teses do PSTU, do PSOL, do Trabalho. Isso não se reflete apenas na relação do ANDES-SN com a CONLUTAS, mas também com o processo eleitoral. Nossa gestão, eu diria, é uma gestão de transição. Vivemos momentos muito duros, pois o governo do Luiz Inácio – não o chamo mais de Lula, porque esse termo é muito carinhoso – destruiu a CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais); quebrou os movimentos sociais; jogou os sindicatos, que eram próximos, uns contra os outros; forçou, aos nos impedir de negociar juntamente com o SINASEFE, a sua política de Reforma Sindical; enfrentamos o PROIFES – um braço político e burocrático do governo, dentro da nossa categoria. Lidamos também com as ambigüidades da própria ANDIFES, e de vários setores que ainda não têm autonomia em relação ao governo. Por isso o financiamento é tão importante. É preciso dizer que o governo, na forma da lei, é um fiel depositário do dinheiro da universidade. Ele mexe no dinheiro da universidade como se fosse dele, mas foi votado pelo Congresso para que fosse da universidade. Vimos como eles estão manipulando os setores. Por exemplo, o que houve com a União Nacional dos Estudantes? Tornou-se um braço do governo! E o que é o ProUni? Meu ponto de vista é o de que o ProUni é a forma mais vergonhosa de pressão sobre o Movimento Negro. O governo põe os companheiros do Movimento Negro nas piores escolas, e, ao mesmo tempo, tiram o dinheiro da universidade pública para salvar as “uniesquinas” da vida. E ainda por cima, compromete o Movimento Negro nisso. Essa é uma questão absolutamente séria. Não sei até que ponto o Movimento Negro assumiu a história de cotas para professores negros, mas isso é complicado, não porque os companheiros negros que se formaram e se qualificaram não possam dar aulas, mas porque, seguramente, cotas para alunos e professores vão criar um foco de tensão. O que me preocupa é a brutal manipulação de um setor da sociedade que já foi bastante massacrado. Para quê? Para se reeleger? Para se tornar a grande esperança do capital? Luiz Inácio só corre o risco de se reeleger porque ele não completou a tarefa. Na hora em que tivemos a Reforma Sindical e Trabalhista, ele perde a sua função, pois, por meio desses mecanismos, ele garante o apoio da burguesia – e vale dizer que a burguesia universitária é uma das mais brutais em termos de repressão do movimento, seja dos alunos, docentes ou funcionários. O ANDES-SN tem lutado contra isso, tem enfrentado

essas lutas, que são muito violentas. Hoje, uma professora disse que teríamos que fazer um debate “crítico-propositivo” sobre o FUNDEB e essas questões. Olha, esse debate já fazemos há anos! A Diretoria do ANDES-SN cometeu erros? Cometeu! Mas essa Diretoria também fez coro ao Movimento. Se só 39 universidades entraram em greve no ano passado, e nem todas, pelos motivos mais variados, não puderam mandar pessoas para o Comando Nacional de Greve, não adianta dizer que essa Diretoria simplesmente freou o movimento. Uma coisa é certa: se a massa quiser, não tem Diretoria que freie. Essa Diretoria perdeu propostas em plenário sem o menor problema. Enfrentamos, durante a última greve, repressões ferozes, como no Pará e em Goiás. Temos muitos companheiros jovens, sob o ponto de vista de que eles não têm muita experiência nacional, nessa Diretoria também! Mas fizemos bastante coisa. Poderíamos ter feito mais, porém, sem que isso se resolva lá embaixo, não é possível. É isso que eu chamo de mudança da base social. As pessoas perderam o tesão político.

AI: O quadro atual é de dissensão, de ataque feroz aos movimentos. O que mudou, do ponto de vista do sindicalismo brasileiro nos últimos anos?

EFD: Mudou muita coisa. Basicamente, mudou o principal ator político dessa cena. A CUT morreu, acho, em 1988, no Congresso de Belo Horizonte. Publiquei um livro – “Política brasileira: embate de projetos hegemônicos” (Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006) – que reúne os textos de conjuntura que fiz sobre o governo Luiz Inácio, quando não estava na Diretoria do ANDES-SN. Documentei como as transformações no interior do PT e da CUT foram se processando de uma maneira muito clara nos últimos anos e como eles não enganaram ninguém. Ele não nos traiu, pois ele disse que nos ferraria e o fez. Tenho um documento, de 2002, reproduzido no livro citado, onde dizia que ele ganharia as eleições e destruiria o Partido dos Trabalhadores e esse país. Na ocasião, quase me bateram... Do ponto de vista do sindicalismo, vemos uma resistência não organizada. Essa é a questão que permeia o debate de se vai ter uma central sindical nova ou não, se vai haver uma central da classe trabalhadora ou não. Essa é a questão da CONLUTAS. Há uma recomposição das forças no movimento sindical brasileiro. A Reforma Sindical, muito fortemente, tem impacto sobre isso, porque propõe dar todo poder às burocracias sindicais. Se a CUT resolver negociar a licença-maternidade, não terá sindicato que dê jeito, porque o que for negociado estará acima do legislado. Eles têm atacado o direito dos trabalhadores e destruído os sindicatos! Outra mudança importante é a forma de se compreender os movimentos sociais. Antes, os sindicatos trabalhavam com outros sindicatos. Há aqueles mais à esquerda, seja da ordem privada, seja do serviço público, que já vêm a ligação com os movimentos sociais de uma maneira diferente. Não como o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que quer fazer o “sindicato-cidadão”, que se preocupa com o menino que mora na rua, mas não se preocupa com os desempregados da sua categoria. As demandas apresentadas pelo MST, pelos Sem Teto, etc, têm que ser construídas junto com esses movimentos. O caso da CUT é o mais interessante. Com a história do fundo de pensão, eles se tornaram gerentes do capital. Hoje, são funcionários do Estado! Aquela tese de Chico de Oliveira, de que eles são uma nova classe, está equivocada. Ao longo do século XX, a classe trabalhadora foi desenhada e redesenhada pelo Estado. E esse é o nosso maior desafio: reverter essa situação, construir com a classe uma direção que permita a construção de uma subjetividade e uma objetividade para além do capital.

AS EDIÇÕES ANTERIORES DO **ADUR INFORMA** ESTÃO DISPONÍVEIS NA INTERNET
ACESSE: WWW.ADUR-RJ.ORG.BR

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

END.: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005.

E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: ABNER CHIQUEIRI, ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENÍCIO GONÇALVES E LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTE)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

